

LUIS CARLOS SANTOS*

A Construção da “Pessoa”

Pedagogias Inovadoras, as novas realidades educativas e a noção de “pessoa”

1. Modelos Pedagógicos Inovadores: Do Movimento da Educação Nova ao Movimento da Escola Moderna

1.1. O Movimento da Educação Nova

O Movimento da Educação Nova aparece na transição do século XIX para o século XX associado ao nascimento da Pedagogia Experimental e da Psicologia do Desenvolvimento que trouxeram a necessidade de pensar o acto educativo a partir de uma base científica. Paralelamente, a valorização da escola pelos regimes liberais, resultando numa grande expansão da escolaridade e numa consequente ascensão dos professores como classe social, constituiu outra das razões fundamentais para que se procurassem novas soluções para a educação, já que a escola tradicional não conseguia respostas adequadas aos problemas que se levantavam fruto dos novos tempos.

Este movimento da Educação Nova embora só ganhe forma institucional na segunda década do século XX, encontra as suas principais raízes no século XVIII, em Rousseau, que começa a pensar a infância como uma fase da vida de pleno valor, relacionando educação com liberdade, coisa que nenhum dos anteriores educadores tinha considerado. Para ele, tudo o que a criança tiver que aprender deve ser fruto das suas próprias descobertas, em vez de serem impostas de fora.

Tolstoi, um dos seguidores das ideias de Rousseau, haveria de levar as ideias deste à prática, reclamando para a educação o princípio da não intervenção e da liberdade. Era ao aluno a quem deveria caber decidir quanto ao direito à presença nas aulas, à palavra ou ao silêncio, à regulação da disciplina. O principal dever de um educador, sustentava Tolstoi, deverá ser a de uma permanente atenção para que a criança possa satisfazer as suas reais necessidades, deixando-lhe plena liberdade e fornecendo-lhe os meios necessários para que isso se concretize.

* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Estas ideias constituem o ponto de partida para a formação de um amplo movimento educativo internacional. Em 1920 funda-se a Liga Internacional pró Educação Nova, presidida por Adolphe Ferrière e são formulados um conjunto de 30 princípios que definem os objectivos deste Movimento. Em síntese eis alguns dos mais importantes:

- a escola tipo devia funcionar em regime de internato no campo, onde se pudesse desenvolver uma pedagogia prática;
- praticar a coeducação dos sexos;
- introdução de metodologias activos, dando particular atenção aos trabalhos manuais;
- defender o interesse espontâneo da criança, tentando conciliar trabalho individual com trabalho colectivo, sobrevalorizando os trabalhos em grupo;
- respeitar o princípio da autonomia dos educandos.

Com a Educação Nova aparecem também um conjunto de práticas pedagógicas inovadoras que não existiam no ensino tradicional: os Trabalhos Manuais, a Correspondência Escolar, a Imprensa Escolar e o Cinema Educativo, sendo que a primeira teve maior importância na organização curricular, funcionando as outras como práticas de complemento educativo.

Paralelamente, outras inovações pedagógicas foram sendo introduzidas, como foram o caso de:

- trabalhos em grupo
- actividades escolares fora da sala de aula (passeios pelo campo, visitas de estudo, excursões)
- novas práticas curriculares (trabalhos oficinais, trabalhos agrícolas)
- gestão dos tempos livres para actividades geridas pelos alunos (jogos, trabalho de pesquisa, preparação de conferências),
- novos espaços de participação social (associações, clubes, jornais escolares).

1.2. Célestine Freinet e o Movimento da Escola Moderna

Célestine Freinet adere ao movimento da Educação Nova em 1923. Admirador das ideias de Ferrière e dos princípios deste movimento vai tentar introduzi-los na escola onde leccionava. No entanto, ao tentar aplicar algumas destas ideias vai confrontar-se com alguns problemas de ordem prática, dada as diferenças materiais e logísticas existentes entre alguns dos colégios “ricos” onde a Educação Nova se ia praticando e a sua modesta escola.

Depois de ter contactado com outras perspectivas pedagógicas, nomeadamente depois de uma visita à Rússia, em 1925, e de ter aderido ao Partido Comunista Francês, Freinet vai entrar em rota de colisão com o Movimento da Educação Nova, referindo-o como um movimento elitista e burguês, onde os filhos do povo dificilmente poderiam entrar. Freinet quer construir uma “Escola do Povo” que responda às necessidades de escolarização das camadas populares, onde cada criança possa ser tida como um ser individual, ou seja,

como um produto de uma determinada inserção social e de determinada conjuntura histórica. Para Freinet, não é bem o ideal da liberdade, tal como era manifestado pelos pedagogos da Educação Nova, que mais sentido fazia. Ele procurava uma escola que respondesse à satisfação que poderá ser dada pela ordem e disciplina que o trabalho exige.

Refira-se, no entanto, que Freinet não vai recusar os princípios pedagógicos desenvolvidos pela Educação Nova. O que se costuma designar como técnicas Freinet e que constituem os princípios elementares da Escola Moderna, iniciada por si em meados da década de 40, não são mais do que um prolongamento daquilo que já vinha a ser praticado pelos pedagogos da Educação Nova. Referimo-nos à “aula passeio”, à tipografia na escola, ao texto livre, ao jornal escolar, à correspondência inter-escolar e ao tacteamento experimental ou método natural.

Mas sem dúvida que com a criação do Movimento da Escola Moderna, Freinet vai cavar definitivamente o fosso entre aquilo que eram as metodologias tradicionais de ensino e aquelas que eram praticadas pelos pedagogos da Escola Nova e da Escola Moderna. Vejamos algumas dessas principais diferenças:

Escola Tradicional

- . ensino livresco, textos produzidos por adultos;
- . planos de trabalho definidos no exterior;
- . selecção entre os alunos, competição;
- . ensinamentos ministrados pelo professor, a criança tem um papel mais passivo na aprendizagem;
- . recitação de resumos, caligrafia de modelos;
- . explicação exaustiva das matérias, verbalismo excessivo;
- . avaliação imposta pelo professor com base em testes e exames;
- . problemas significativos com a indisciplina;
- . valorização dos melhores;

Escola Moderna

- . textos produzidos pelos alunos – ensino não livresco;
- . planos de trabalho feitos na escola conjuntamente com os alunos;
- . defesa dos interesses das crianças e da comunidade de pertença;
- . a criança tem um papel activo na aprendizagem;
- . colaboração entre professores e alunos;

- . são fornecidos documentos e materiais para os alunos chegarem por si ao conhecimento,
- . avaliação contínua ao longo do ano não baseada num resultado formal; auto-avaliação e co-avaliação;
- . o modelo reduz o problema da indisciplina;
- . valorização de todos em vez de alguns.

1.3. O Movimento da Escola Moderna em Portugal

O Movimento da Escola Moderna estabeleceu-se no nosso país em 1966, depois de Sérgio Niza e Rosalina Gomes de Araújo terem participado no Congresso da Fédération Internationale des Mouvements d'École Moderne, ficando como delegados da Federação para Portugal.

Com o passar do tempo o MEM vai consolidando a sua organização em Portugal. Hoje, constitui um amplo movimento nacional com sedes regionais em quase todas as capitais de distrito. Muito embora herdeiro dos princípios pedagógicos desenvolvidos por Freinet, o Movimento Português, desde a sua fundação, vai avançando para um modelo pedagógico com características próprias. De Freinet ficou, sobretudo, a contribuição do método pedagógico, o método da autoformação cooperada que constitui a “grande bandeira” do movimento. A formação é feita permanentemente de forma cooperada, onde cada elemento se obriga rotativamente a ser formador de outro. Este mesmo método é utilizado tanto nas sessões de formação interna de professores, como nas escolas e infantários que utilizam o modelo pedagógico do MEM, onde as aprendizagens têm a participação directa dos alunos, designando-se por isso um modelo de formação isomórfico.

Assim, parece podermos concluir que, em Portugal, houve de facto alguma assimilação da Educação Nova pelo MEM, um pouco à semelhança do que fez Freinet em França, cabendo por cá esse desempenho pioneiro a António Sérgio e a Sérgio Niza, o primeiro que andou ligado à Educação Nova, o segundo que seria o fundador do MEM. Não esqueçamos que antes da Fundação do MEM, Sérgio Niza andava experimentando por Évora a ideia dos Municípios Escolares, a partir das ideias e coordenação de António Sérgio.

No entanto, a Educação Nova, mesmo depois da fundação do MEM, não desaparece completamente da cena educativa em Portugal.

É verdade que no plano prático, todas as escolas onde, durante o período áureo da Educação Nova no nosso país, vigorou este modelo pedagógico, já há muito que foi abandonado. A última escola foi o Bairro Escolar do Estoril, situada no Monte Estoril, onde a experiência terminou em 1935. O Estado Novo foi-se encarregando, a pouco e pouco, com o autoritarismo e a repressão que caracterizaram o regime, de pôr fim a estas experiências inovadoras nas escolas.

Mas já depois da fundação do Movimento da Escola Moderna em Portugal, é Agostinho da Silva que regressado de um longo exílio político no Brasil, vem de novo reabilitar os ideais da Educação Nova, através da publicação de alguns artigos na secção de educação da Revista Mundial, secção que coordena entre 1969 e 1970, e também editando ou re-

editando alguns dos seus livros já nos fins da década de 80 e princípios da década de 90, como são o caso da *Educação de Portugal* (1989) e de *Sanderson e a Escola de Oundle* (1990).

A Escola da Ponte, situada na Vila das Aves, que existe a funcionar com um modelo pedagógico próprio desde 1976, constitui também um bom exemplo do mesmo espírito que encontramos entre os pedagogos da “Escola Nova”.

2. As Novas Realidades Educativas

As transformações sociais que têm vindo a ocorrer nos últimos anos por força de um novo quadro científico e político têm provocado também grandes mudanças nos sistemas escolares que vivem hoje, permanentemente, num estado de crise que precisamos compreender. O insucesso escolar, a marginalização, a exclusão social, a dificuldade de inserção na vida profissional, a falta de sentido de cidadania e a falta de coesão social, entre outros, são algumas das problemáticas que caracterizam este estado de crise.

Partindo do princípio de que a educação deve ser condição de libertação e de desenvolvimento é necessário repensar as directrizes que subordinam os sistemas educativos.

Juan Carlos Tedesco refere dois grandes factores que, em particular, têm transformado os sistemas de ensino. A grande massificação no acesso ao conhecimento e, consequentemente, as alterações na hierarquização social que ela introduz, ou seja, da dissociação que se começa a verificar entre ascensão educativa e ascensão social. A hierarquia política já não é tanto do tipo vertical, assumindo características mais horizontais, verificando-se uma diminuição da mobilidade social típica do sistema educativo tradicional, começando a aparecer na cauda da pirâmide hierárquica problemas de exclusão social que devem merecer a nossa particular atenção. A par deste novo fenómeno da crescente exclusão social, também têm aumentado as desigualdades sociais entre os mais ricos e os mais pobres, tanto nos países mais desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

Também na organização da família, outra das instituições fundamentais do processo educativo, se têm verificado transformações significativas. A redução do número de filhos por casal, o aumento das uniões livres, o aumento do número de filhos que vive com um só progenitor (com a mãe, sobretudo), constituem algumas dessas importantes alterações.

Associado às novas relações de parentesco e a uma civilização cada vez mais urbana, tem-se registado uma evolução crescente do individualismo. Ora, num mundo cada vez mais multicultural, dada a crescente facilidade de migração, mas também com muitas dificuldades de integração e de coesão social, abre-se um espaço crucial na educação em geral, e nas escolas, em particular, pela necessidade de desenvolver indivíduos que se possam exprimir livremente, sabendo respeitar os outros e aprendendo a diversidade que os constitui. É este um dos imperativos do novo milénio.

A escola aparece, assim, como uma instituição chave das estratégias políticas, para o serviço da construção de sujeitos, personalizadora do processo de aprendizagem, construtora de valores e, portanto, capaz de ajudar na construção das suas identidades. O desafio educativo implica a possibilidade de construção de uma personalidade complexa que abranja múltiplos âmbitos: local, nacional e internacional, político, religioso, artístico, económico, familiar.

A crise da modernidade, baseada no domínio unilateral da racionalidade, provocou como que uma ausência de sentido ao ter quase ignorado a subjectividade. Paralelamente, as propostas educativas liberais têm-se traduzido no desenvolvimento de um individualismo a-social que se tem preocupado mais com a satisfação dos interesses individuais, do que com o equilíbrio social e ecológico.

Mas um novo desempenho produtivo e o desempenho de uma nova cidadania, reclamam novas respostas por parte dos sistemas educativos. As necessidades individuais devem-se conjugar com os interesses do grupo, a necessidade de excelência individual não deve entrar em contradição com o trabalho colectivo. À escola caberá o desenvolvimento de um conjunto de capacidades que se devem traduzir em solidariedade, criatividade, capacidade de resolver problemas, pensamento sistémico, capacidade de trabalhar em equipa. Este cuidado no desenvolvimento da “pessoa” deverá, ainda, passar pela educação das novas realidades sociais como sejam a educação sexual, a liberdade religiosa, a educação multicultural e a educação ambiental.

3. A Construção da “Pessoa”

Em substituição de uma noção de “sujeito”, pese embora o reconhecimento da sua importância na investigação científica, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, temos vindo a propor uma noção de “pessoa”. Um conceito que se caracteriza por uma estrutura triádica que contém já em si o “eu”, o “outro” e o mundo e que, portanto, nos surge mais adequado à realidade do mundo actual que essa outra noção de “sujeito”.

Este conceito de sujeito, como sabemos, começa a ser valorizado quando se começa a pôr em causa o facto da Modernidade se ter desenvolvido contra o indivíduo em nome da razão. A investigação científica moderna sempre se quis rigorosa e objectiva e não era quem fazia a investigação que mais interessava, mas sim o método que se utilizava.

É, pois, ainda durante a Modernidade que a importância do sujeito vai ser reconhecida, reconhecida que foi a subjectividade como uma inerência da investigação científica. Todavia, trata-se ainda de uma noção de sujeito que encerra em si um certo individualismo muito associado ao desenvolvimento das políticas liberais. A ideia de um sujeito individual, passível de direitos exclusivamente individuais, está absolutamente posta em causa.

A noção de pessoa, mais alerta para os problemas do “outro” e do mundo, permite-nos uma compreensão mais lata do problema dos direitos humanos e, logo, da sua defesa, tal como nos possibilitará um combate mais efectivo ao consumo excessivo que caracteriza as sociedades do mundo mais desenvolvido, à poluição, aos desequilíbrios ambientais, à sofisticação militar, aos fundamentalismos, à exclusão social.

Assim, reflectir hoje sobre os sistemas educativos será, sobretudo, pensar nos direitos e deveres da “pessoa”, reformando o espírito da Escola Modernista. É pensar que um sis-

tema que se caracterize, antes de mais, por uma forte competitividade e selecção entre as crianças e jovens, será necessariamente um sistema mais perto do passado do que do futuro. É, em vez disso, pensar numa escola formativa que eduque para a cidadania, onde cada criança ou jovem, aprenda a respeitar-se a si, aos outros e ao mundo. Um respeito indispensável para que cada um possa encontrar o seu caminho de liberdade na construção de uma identidade própria que seja, simultaneamente, reconhecimento da identidade do outro.

4. Concluindo

Desde o século XVIII que sabemos que as crianças têm uma vitalidade própria, diferente daquela que caracteriza os adultos. Rousseau alertou-nos para o facto, e mais tarde, a Psicologia do Desenvolvimento e a Pedagogia Experimental confirmaram e desenvolveram o assunto. Desde aí que, primeiro a Educação Nova, e depois a Escola Moderna, desenvolveram modelos pedagógicos que tentam preservar a possibilidade das crianças e dos jovens aprenderem com algum garante de liberdade e com direito de participação, conjuntamente com os professores e educadores, na organização dos planos de trabalho escolar.

Sabemos que nos últimos anos os sistemas educativos têm sido alvo de reformas constantes, para as quais muito terão contribuído estes modelos pedagógicos que estudámos. Muitas das reformas adoptadas reconhecem-se nos princípios pedagógicos por eles defendido. Mas o sentido desse impulso reformista ficou muito aquém das expectativas.

Hoje sabemos que muito mais do que saber ou ensinar, educar é mais con-versar e aprender. Educar não se poderá resumir exclusivamente ao desenvolvimento da inteligência, mas também ao desenvolvimento do corpo e das emoções. Mais do que um sistema assente numa lógica de ensino e aprendizagem, preferiremos uma lógica de cooperação nas aprendizagens, num espírito de colaboração entre professores e alunos.

Pensamos que é absolutamente legítimo continuar a pensar numa educação como prática de liberdade como o reclamaram, sobretudo, os educadores da Educação Nova e como têm continuado a pensar muitos outros pensadores actuais, como Agostinho da Silva, Paulo Freire, José Pacheco, Sérgio Niza. Numa educação onde a natureza das crianças e os seus interesses sejam respeitados, onde possam participar na organização dos planos de trabalho, onde tenham um papel activo nas aprendizagens, onde a avaliação vá substancialmente além das avaliações quantitativas, onde se valorizem todos em vez de se valorizarem só os melhores, onde se garanta “iguais” oportunidades de acesso ao ensino, tal como “iguais” oportunidades de inserção no mercado de trabalho, onde se possibilite tanto quanto possível a máxima realização na construção da pessoa como garante de ser, de harmonia interior, de qualidade de vida, de liberdade.

A importância dos ideais e práticas do Movimento da Escola Moderna e da Educação Nova, na resolução de algumas incongruências instaladas nos sistemas educativos, continuam a manter actual e elevada a pertinência dos seus principais objectivos pedagógicos. A comprová-lo temos, por exemplo, a participação de Sérgio Niza, do MEM, no actual relatório do Conselho Nacional de Educação sobre as metas educativas a atingir. Ou as palavras de António Nóvoa, Senhor Reitor da Universidade de Lisboa, que reconheceu na Educação Nova a melhor geração pedagógica de sempre.

Bibliografia

- AMBRÓSIO, Teresa – Um percurso integrado para uma mudança reflexiva na educação, Conferência de abertura do IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro, Fevereiro de 1998.
- AMBRÓSIO, Teresa – Investigar, Formar, Inovar, Conferência no IV Congresso das Ciências da Educação, Universidade de Aveiro, Fev. 1998.
- AMBRÓSIO, Teresa – Responsabilidade social e mudança reflexiva na Educação (textos policopiados), s/d.
- AMBRÓSIO, Teresa – O Novo Paradigma Educativo na Sociedade Pós-Industrial, Fórum de Debate da Associação Industrial Portuense (textos policopiados), s/d.
- ALVES, Rubem – A Escola com que sempre sonhei, Porto: Edições ASA, 2001.
- BIROU, Alain – Dicionário das Ciências Sociais, Lisboa: Public. Dom Quixote, 1982 (5.^a edição).
- BRUNER, Jerome – Para Uma Teoria da Educação, Lisboa: Relógio D'Água, 1999.
- COELHO ROSA, J. – Reflexão sobre Direitos Humanos e Cívicos, (textos policopiados), s/d.
- COELHO ROSA, J. – Filosofia dos Direitos Humanos, Civitas/ Centro de Estudos Judiciários, Setembro/1997.
- COELHO ROSA, J. – Desenvolvimento e Justiça, Centro de Estudos Judiciários, Janeiro/1998
- COELHO ROSA, J. – A Sociedade Civil e os Direitos Humanos, Conferência na Comissão Nacional da Unesco, Guimarães, Março/1998.
- COELHO ROSA, J. – Educação para os Valores, in Ver. Educação e Sociedade nº3, Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, Junho/1998.
- COELHO ROSA, J. – Direito à Vida, à Liberdade e à Justiça, in Repensar a Cidadania, Lisboa: Editorial Notícias, Dezembro/1998.
- COELHO ROSA, J. – Tolerância e Educação, Seminário da Organização Mundial da Educação Pré-escolar, Museu João de Deus, Novembro/2000.
- COELHO ROSA, J. – O Saber e o Ensino, in Anais Educação e Desenvolvimento 2000, Monte da Caparica: UIED, 2001.
- COELHO ROSA, J. – Conceito de Cidadania, in Anais Educação e Desenvolvimento 2000, Monte da Caparica: UIED, 2001.
- Comissão das Comunidades Europeias – Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão, Bruxelas, Out. 2000.
- DELORS, Jaques – Educação, Um Tesouro a Descobrir, Lisboa: Ed: Asa, 1996.
- FIGUEIRA, Manuel Henrique – Um Roteiro da Educação Nova em Portugal, Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Set. 2001.
- FREINET, Celestin – Pedagogia do bom senso, Lisboa: Moraes Editores, 1967.
- FREINET, Celestin – para uma escola do povo, Lisboa: Ed. Presença, 1969.
- FREINET, C. e SALENGROS, R. – Modernizar a Escola, Lisboa: Dinalivro, 1977.
- ITURRA, Raul – O Processo Educativo: Ensino ou Aprendizagem?, Revista Educação, Sociedade e Culturas n.º 1, Porto: Ed. Afrontamento, 1994.
- MOTA, Helena e CARVALHO, Margarida – Uma Introdução ao Estudo do Pensamento Pedagógico do Professor Agostinho da Silva, Lisboa: Hugin, 1996.
- NICOLESCU, Basarab – O Manifesto da Transdisciplinaridade, Lisboa: Hugin, 2000.
- NIZA, Sérgio – Formação Cooperada, Lisboa: Educa, 1997.
- NIZA, Sérgio – A Organização Social do Trabalho de Aprendizagem no 1.º ciclo do Ensino Básico, Lisboa: Inovação, n.º 11 (pp. 77-98), 1998.

- NIZA, Sérgio – O Diálogo e o aperfeiçoamento pedagógico: nota sobre uma experiência, Lisboa: Boletim do Sindicato Nacional dos Professores, nº 3, pp.40-42.
- NIZA, I.; NIZA, S.; e SANTANA, I. – Documento sobre a Formação Realizada no Movimento da Escola Moderna Portuguesa, Lisboa: MEM, 1996.
- NEILL, A. S. – Liberdade, Escola, Amor e Juventude, S. Paulo: Ibrasa, 1972.
- NEILL, A. S. – liberdade sem medo, S. Paulo: Ibrasa, 1976.
- NÓVOA, António – A Educação Nacional, in Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Lisboa: Presença (pp.455-519), (s.d.).
- NÓVOA, António – Uma educação que se diz “Nova”, in Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo de Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941), Lisboa: Educa, 1995.
- NUNES, António – Freinet, actualidade pedagógica de uma obra, Porto: Asa Ed., 2002.
- PESSOA, Ana – Movimento da Escola Moderna, Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (tese de mestrado), Set.1999.
- SÉRGIO, António – Educação Cívica, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- SILVA, Agostinho da – Textos Pedagógicos I e II, Lisboa: Âncora Editora, 2000.
- SOUSA SANTOS, Boaventura – Um discurso sobre as Ciências, Porto: Ed. Afrontamento, 1987.
- TEDESCO, Juan Carlos – O Novo Pacto Educativo, Gaia: Ed. Fundação Manuel Leão, 1999.
- TEDESCO, Juan Carlos – Educação, Competitividade e Cidadania, Lisboa: Conselho Nacional da Educação, Conferência Março/2001.